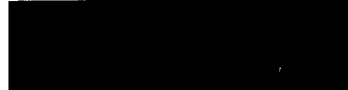


595 3067

A Extensão na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV): 1926 - 1948

ESTE DOCUMENTO FOI OBTIDO ATRAVÉS DO



**PROGRAMA
DE COMUTAÇÃO
BIBLIOGRÁFICA**

CAPES/SESU/FINEP/IBICT

Por

ELLEN SCOPEL COMETTI

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Educação da
Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Juiz
de Fora, como requisito para a
obtenção do título de Mestre.

Juiz de Fora

2005

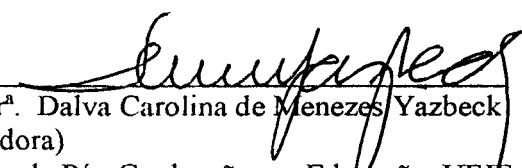
T
08 05

TERMO DE APROVAÇÃO

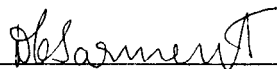
ELLEN SCOPEL COMETTI

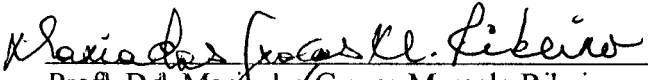
A EXTENSÃO NA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETRINÁRIA DE VIÇOSA
(ESAV): 1926 – 1948”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:


Prof.^a Dr.^a Dalva Carolina de Menezes Yazbeck
(Orientadora)

Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF


Prof.^a Dr.^a Diva Chaves Sarmento
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF


Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Marcelo Ribeiro
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFV

Juiz de Fora, 28 de fevereiro de 2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, ao meu pai, Reginaldo, aos meus irmãos, Evandro e Elaine e ao meu noivo, Rodrigo, que muito me incentivaram e me apoiaram em todos os momentos deste trabalho e de minha vida acadêmica, me apoiando em minhas ausências e em meus cansaços e pelo estímulo reconfortante nas horas difíceis, ajudando a tornar este caminho mais especial.

À Professora Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, minha orientadora, com quem muito aprendi nessa pós-graduação, pelo carinho, dedicação, disponibilidade e confiança durante esses anos e pela competente e indispensável orientação a mim dedicada.

Às professoras Maria das Graças Marcelo Ribeiro, Beatriz de Basto Teixeira e Diva Chaves Sarmiento como professoras dedicadas e membros da Banca de Qualificação e agora da Banca de Defesa desta Dissertação, pela paciência e dedicação com este trabalho, dando contribuições valiosas para o seu enriquecimento. Em especial, à professora Maria das Graças Marcelo Ribeiro, que tenho muito a agradecer a sua dedicação e amizade durante esses últimos anos, sempre me orientando e me auxiliando na elaboração de trabalhos, artigos, desta dissertação; pois parte do que sou hoje devo a ela, que muito me ensinou e me ajudou em todos os momentos da minha graduação e da minha pós-graduação.

A meus familiares e amigos, que mesmo com a distância, nunca me dispensaram carinho e incentivo.

À Milena Candiá, uma grande amiga, por todo o carinho e incentivo durante essa longa caminhada.

Às minhas colegas do NESCE, Fernanda, Monnique, Márcia, Marília e Eliza pelo carinho, pela atenção e pelas palavras de incentivo.

Às instituições PPGE, UFJF, CAPES, UFV e ACH que me deram oportunidade de realizar este trabalho.

E a todas aquelas pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para a realização deste trabalho.

ABSTRACT

The purpose of the present work is the study of the extensionist's activities accomplished by Viçosa Agriculture and Veterinary Science College (ESAV), which was opened in 1926, in Zona da Mata Mineira, and giving origin, in 1969, to the Federal University of Viçosa (UFV).

It is worth stressing that in Brazil there are few works about rural extension. The major part of them refer back to the year of 1948, which is considered to be the year of the beginning of the extensionist's exercise accomplished in Brazil, with the establishment of some programmes in São Paulo and Minas Gerais. However, the rural extension service was present in ESAV since its beginnings, brought by the North-American professors who were in it. At first, the College restricted the extension to professors' visits, to the farmers from the region, to the edition of informational bulletins, progressing from this work to the creation of the Rural Teaching Department, in 1939. It is important to remember that the Farmer's Week, the first of the kind to be accomplished in the country, became the high point of the extensionist's activities that took place in ESAV. Thus, the importance of this work is because of the fact that this institution has been the forerunner in the extension service made in the country, from the perspective that, since 1929, the College has created a set of activities that guaranteed the extensionist's practice.

This work was divided in 5 chapters, besides the introduction and final considerations. In the first chapter, we show a brief historical overview of the high education and the university in Brazil, including concise considerations about the late creation of the universities in the country. In the second chapter, entitled "The beginning of the agricultural teaching in Brazil", we make some considerations about the trajectory of the agricultural teaching, including an investigation on some legislations. In the third chapter, we present the old ESAV in its main academic aspects, the teaching, the research and the extension, which formed a tripod that supported the institution. The fourth chapter present a theoretical discussion about the rural extension service, discussing its North-American origin, and its coming to Brazil. The fifth chapter entitled "The extension in Viçosa Collège", is dedicated to a documental survey of the primary sources located in the heap of the Historical File of the UFV.

Key-words: Agricultural High Teaching, Agricultural extension service, History of Regional Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 01 ENSINO SUPERIOR E UNIVERSIDADE NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO.....	29
CAPÍTULO 02 PRIMÓRDIOS DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL.....	41
CAPÍTULO 03 A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA (ESAV): 1926 – 1948	59
CAPÍTULO 4 A EXTENSÃO RURAL	82
1. Extensão: uma discussão conceitual.....	83
1.1. A extensão sob a ótica de alguns autores.....	86
1.2. As origens do serviço de extensão.....	92
1.3. O modelo difusionista inovador.....	98
1.4. A implantação do serviço de extensão no Brasil.....	100
1.5. A implantação do serviço de extensão norte-americano em Minas Gerais.	103
1.6. A implantação do serviço de extensão em Viçosa – MG.....	108
CAPÍTULO 5 A EXTENSÃO NA ESCOLA SUPERIOR DE VIÇOSA.....	110
1.1. Das correspondências às Exposições.....	111
1.2. A Semana do Fazendeiro.....	134
1.3. O Mês Feminino.....	146
1.4. Os Departamentos.....	149
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 156
 ANEXOS.....	 164
 SEÇÃO ICONOGRÁFICA.....	 225

LISTA DAS TABELAS

1. Tabela com o número de participantes nas Semanas do Fazendeiro (1929 – 1948)..... 141
2. Tabela com o número de participantes no Mês Feminino (1935 – 1937)..... 149

LISTA DOS GRÁFICOS

1. Gráfico com o número de participantes nas Semanas dos Fazendeiros (1929 – 1948)..... 142
2. Gráfico com o número de participantes no Mês Feminino (1935 – 1937)..... 149

LISTA DAS FIGURAS

1. Foto do Arquivo Central e Histórico da UFV..... 24
2. Foto da Construção da ESAV..... 63
3. Modelo de Convite de Extensão..... 125
4. Foto de uma Exposição de Milho na ESAV..... 133
5. Foto de uma aula na Semana do Fazendeiro..... 135
6. Foto de uma aula no Mês Feminino..... 148

SBAA – Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura.

CNEPA – Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.

AIA – American International Association

ETA – Escritório Técnico de Agricultura.

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural.

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

USAID – Agência Internacional de Desenvolvimento do Governo Americano.

EUA – Estados Unidos da América.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisou o desenvolvimento da extensão realizada pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), instituição criada pela Lei nº 761, de setembro de 1920, e cuja inauguração oficial ocorreu em 28 de agosto de 1926. Em 1948, foi criada, no seu lugar, a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Em 1969, houve a federalização da UREMG e sua transformação em Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Desse modo, este trabalho teve como objetivo mostrar o caráter da extensão que se desenvolveu na instituição, analisando se esta prática extensionista desenvolvida pela escola foi fiel aos seus objetivos e, ainda, observando se a Escola Superior de Viçosa foi pioneira na prática da extensão rural realizada no país.

Este estudo justificou-se pela necessidade de se buscar mais informações acerca da extensão nesta instituição, uma vez que esta foi, e é, um elemento forte na composição da identidade da ESAV. Cabe mencionar que existe uma enorme lacuna no que diz respeito à literatura sobre as condições em que se deu a prática extensionista rural nas universidades brasileiras e principalmente daquelas que se ocuparam do ensino rural, como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, SP; a Escola Superior de Agricultura de Lavras, MG; entre outras, e o modo como tal atividade foi conjugada com o ensino e a pesquisa¹. Além disso, é quase inexistente uma literatura nacional sobre a natureza da extensão rural que é realizada nas universidades brasileiras.

¹ Os poucos estudos existentes dizem respeito às exigências postas pela Reforma Universitária de 1968, que dizia que as Universidades no Brasil deveriam fazer da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão uma prática obrigatória. Vale notar que no Brasil, a preocupação em introduzir a pesquisa científica nas instituições universitárias começou a se manifestar nas primeiras décadas do século XX, sendo a primeira tentativa concreta realizada, neste sentido, a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934 (“(USP) a primeira universidade criada e organizada segundo as normas dos Estatutos das Universidades” (ROMANELLI. 1987. 132), estatuto este criado pelo decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos).

Sem dúvida as instituições educativas apresentam-se como locais que guardam consigo muitas informações e fontes fundamentais para a formulação de interpretação sobre elas próprias e principalmente sobre a história da educação brasileira.

Entretanto, GATTI JÚNIOR (2002) aponta que existem alguns problemas a serem superados nesse novo campo da historiografia. Problemas que ele não considera de ordem paradigmática, mas de ordem metodológica, sobretudo de riqueza interpretativa e da pluralidade epistemológica. Para o autor, o que parece ser mais significativo é o fato de que os autores especializados na produção historiográfica atual (onde ele acrescenta, também, os leitores especializados nessa produção) estão cada vez menos preocupados com questões relacionadas à filosofia e a história, evitando, a permanência de discussões por demais abstratas e conduzidas, na maioria das vezes, por interlocutores que não sabem nem mesmo o que é o trabalho com evidências em história.

Dessa forma, como não há mais a possibilidade da fixação de critérios externos para a produção historiográfica atual passou-se a utilizar outros critérios para se decidir quais são as melhores obras para serem utilizadas pelos historiadores. Nesse novo critério estão a compra de exemplares na livraria, ou ainda, em historiadores/autores que possuem grande respaldo entre os membros de sua área.

O autor nos propõe uma discussão sobre as inovações no campo historiográfico, onde “pode-se afirmar, com segurança, que o campo da pesquisa histórica passou, desde meados dos anos 1950, por um imenso processo de renovação teórica e metodológica, impulsionado pelo esforço de superar uma historiografia que, em uma de suas formas, produzia uma descrição dos fatos eminentemente políticos, construída sob os auspícios da tradição positivista; e, em outra de suas modalidades, fomentava uma narrativa carregada de análises que privilegiavam os aspectos econômicos da vida social em detrimento de outras esferas da

que sua materialidade e suas finalidades, de fato, realizam-se: nas disciplinas escolares” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 18). Assim, a tarefa desses pesquisadores é examinar o percurso dessas disciplinas ao longo das décadas ou dos séculos. No Brasil, ao lado da história das disciplinas surge a história das instituições educacionais.

Na historiografia marxista inglesa dos anos 1950, inúmeros foram os trabalhos escritos e inúmeros foram também os desdobramentos dessa nova tradição historiográfica, onde cita-se alguns historiadores como: Carlo Ginzburg, Lynn Hunt, Robert Darnton, Raymond Williams, Tompson, Perry Anderson⁵. Como exemplo das pesquisas desenvolvidas na Inglaterra temos aqueles que se preocupam com a demanda de análise sobre as reais funções da escola na sociedade, convencionalmente chamadas de ‘sociologia do currículo’. Os pesquisadores desse campo historiográfico específico procuram ver “a escola por dentro, analisar as suas determinações externas e revolucioná-las rapidamente” (idem, 2002, p. 19).

Assim, essa ruptura da historiografia tradicional através das inovações nos procedimentos de investigação no campo da história teve um impacto sobre a produção histórica da educação no último quartel do século XX. A história da educação nasceu no campo da pedagogia e foi marcada, em seu início, pela influência abstrato-filosófica da filosofia, pelo menos até os anos 1940. Em 1943, teve uma forte influência paradigmática da obra *A cultura brasileira*, escrita por Fernando de Azevedo e, nos anos 1950, essa influência somou-se ao impacto causado pela “análise macroestrutural operada pela sociologia de base economicista e que predominou até os anos de 1970” (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 16). Com todas essas influências paradigmáticas ocorridas nos anos 1940 a 1970, a história da educação finalmente se posiciona, e nos anos 1980, passa para a órbita da história e não mais da educação.

⁵ Estes dois últimos apresentaram, em particular, uma importante contribuição, com a publicação, a partir de 1976, do *History Workshop Journal* - um influente periódico no campo da história durante duas décadas -, e, ainda, no início dos anos 1970, com a divulgação de uma série de panfletos em defesa da participação ativa da classe trabalhadora inglesa no estudo da história.

“atribuindo muita importância às suas singularidades e particularidades” (OLIVEIRA; GATTI JÚNIOR, 2002, p. 73).

É nesse sentido que, o estudo das instituições procura dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando o que se passa no interior de cada instituição. Torna-se necessário, para seu estudo, conhecer os diversos atores (professores, alunos e funcionários em cargos administrativos), a dimensão física (os edifícios que constituem a Escola, as suas concepções, os seus valores), seus acervos, para se ter uma dimensão mais ampla da realidade em que essa instituição se inseriu para poder, então, analisar como se realizou a extensão rural nesta instituição.

Não se pode deixar de considerar que cada instituição educacional apresenta a sua própria identidade que está “embutida” de uma cultura escolar (onde, no caso específico da ESAV, pode-se observar traços marcantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela instituição).

Alguns autores (OLIVEIRA E GATTI JÚNIOR, 2002; NORONHA, 1998; LE GOFF, 1994; VIDAL, 1998) apontam que, para realizar uma investigação dessa natureza, deve-se tecer uma análise entre a memória e o arquivo. “A memória tenta explicar as relações de hierarquia e valores tanto entre as coisas como entre as pessoas, pois tudo o que nela acontece não é em vão nem tão pouco se perde, às vezes permanece ou se transforma” (OLIVEIRA; GATTI JÚNIOR, 2002, p. 75) e o corpo documental que se constitui de grandes potenciais informativos. E, também, sobre o documento e o monumento onde, todo documento é também um monumento; o documento não pode ser somente considerado aquele texto escrito que se encontra nos arquivos públicos, nas prateleiras das bibliotecas; documento é muito mais que um simples texto escrito, é um objeto, é uma fotografia, é uma estátua. “Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento da causa” (LE GOFF, 1994, p. 545).

Desta forma, a fotografia destaca que o belo do registro fotográfico, “além de emocionar, *representa*, produzindo imagens do passado, que apesar de desterradas do caráter de *uma* verdade, abrem-se à leituras de *múltiplas* verdades sobre o ontem” (VIDAL, 1998, p. 86).

Além de todo esse percurso metodológico seguido até aqui para o estudo de uma instituição educacional específica, procedeu-se ainda à revisão da literatura pertinente ao objeto, a fim de sistematizar e analisar as informações coletadas e posteriormente analisá-las à luz da literatura estudada.

No trato com as fontes documentais, temos ainda uma importante contribuição de NORONHA (1998), a qual chama a atenção para a importância de se trabalhar minuciosamente sobre as mesmas, remetendo-as constantemente à literatura pertinente ao objeto.

A autora orienta quanto à importância de se dialogar com a documentação histórica existente e com as novas fontes levantadas pela investigação histórica, buscando chegar no seu real entendimento.

Cabe notar que para NORONHA (1998), este diálogo torna-se necessário, uma vez que a história não é neutra e não oferece “laboratório de verificação experimental”, no qual os dados são obtidos como prontos e acabados. Este será o motivo pelo qual, ao longo de todo o processo, procurou-se recuperar e analisar as fontes históricas, tendo em vista a sua compreensão e não apenas o seu registro.

“Sem o esforço de buscar a essência que está contida como estrutura interna da evidência, permaneceremos no plano do senso comum, sem construir o conhecimento” (NORONHA, 1998, p. 29).

Todo historiador ao estudar essas fontes localizadas nos arquivos das instituições deve fazê-la com um olhar crítico e revelador, e não simplesmente descrevê-las, mas explicá-las e

Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, antes de se elaborar um capítulo sobre a Extensão nesta instituição, objeto deste trabalho.

Assim, o trabalho foi dividido em 05 capítulos, contando ainda com a introdução e as considerações finais. Além disso, dada às dificuldades de se localizar as legislações vigentes no período sobre o ensino agrícola, e devido a sua importância, optou-se por anexá-las ao trabalho.

Num primeiro momento, foi realizado um breve histórico sobre o ensino superior e a universidade no Brasil, fazendo-se breves considerações sobre a tardia criação de universidades no país. Neste capítulo buscou-se, ainda, de forma sucinta, mostrar a legislação educacional vigente no período de 1891 a 1931, enfocando-se aspectos que trouxeram mudanças para o ensino superior. Para isso, utilizou, além das próprias Reformas, alguns autores, como CUNHA (1980; 2000), DIAS (1997) e CHIZZOTI (2001).

No segundo capítulo, intitulado “Primórdios do Ensino Agrícola no Brasil” foram feitas algumas considerações sobre a trajetória do ensino agrícola no país desde 1808, com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, até 1938, com a criação do Centro Nacional de Pesquisas Agronômicas. Achou-se relevante, ainda, estar explorando as legislações direcionadas para o ensino agrícola, como o Decreto nº 8.319, de 1910, e o Regulamento Geral do Ensino Agrícola em Minas Gerais, de 1911. Além disso, explorou-se a criação de alguns órgãos, como o próprio Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, que passou a coordenar e fiscalizar o ensino agrícola no país, até 1967, onde este ensino foi desvinculado deste Ministério e passou para a órbita do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Para a elaboração deste capítulo utilizou-se, além de documentos primários, como as próprias leis, alguns autores como ROSA (1980), CUNHA (1980), NAGLE (1974), FAVERO (2000), VIANNA (1951), MENDONÇA (1990, 1997), entre outros.

entre autores como BAKER (1943), CORREA (1941), FREIRE (1979), FONSECA (1985), entre outros que, ao longo de sua trajetória acadêmica, destinaram trabalhos relacionados com a extensão rural no país e principalmente, em Minas Gerais.

O quinto capítulo intitulou-se “A Extensão na Escola Superior de Viçosa” onde procurou-se realizar um levantamento documental das fontes primárias localizadas no acervo do Arquivo Histórico da UFV. Este levantamento foi minucioso e bastante demorado, dada a grande quantidade de documentos existentes e seu difícil acesso. Considero o estudo apresentado neste capítulo o mais importante, pois nele é possível observar todo o trabalho extensionista desenvolvido pela ESAV desde 1929, demonstrando seu pioneirismo neste serviço de extensão desenvolvido pela Escola. Talvez mais importante que isso, seja a demonstração que, desde 1929, a Escola de Viçosa incorporou um modelo extensionista semelhante ao dos Estados Unidos, com o objetivo de educar o homem do campo e, não, de utilizar o crédito agrícola, prática não difundida neste programa de extensão. Desta forma, foi através de uma grande quantidade de documentos que se procurou mostrar como esta instituição manteve, ao longo dos anos, com grande sucesso, seu serviço de extensão.

Por fim, cabe uma pequena alusão a esta introdução, bem como as considerações finais descritas neste trabalho. Esta pequena introdução teve o objetivo de mostrar ao leitor como nasceu esta investigação e como ela pode ser referendada por autores que destinam seus estudos a história das instituições (GATTI JÚNIOR, 2002, entre outros). Em linhas gerais, a metodologia utilizada para este estudo pode servir de base para estudos que procurem desvendar a história de uma instituição. As considerações finais procuram dar ênfase a alguns aspectos importantes do serviço de extensão desenvolvido pela Escola Superior de Viçosa. objeto deste trabalho.

CAPÍTULO 01

ENSINO SUPERIOR E UNIVERSIDADE NO BRASIL – UM BREVE HISTÓRICO

O presente capítulo destinou-se a realizar um pequeno histórico sobre o processo de criação do ensino superior no Brasil até a instituição da universidade, tardia em relação aos demais países¹⁰. Para tal discussão optou-se por utilizar como referência trabalhos de CUNHA (1980; 1989; 2000), DIAS (1997), CHIZZOTI (2001), YAZBECK (1999).

CUNHA (2000), em seu artigo intitulado “Ensino Superior e Universidade no Brasil”¹¹, discute o atraso da instalação de universidades no Brasil¹². Segundo o autor,

“Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia” (CUNHA, 2000, p. 152)¹³.

Com essa proibição por parte de Portugal em criar universidades no país pretendia-se impedir que os estudos universitários no Brasil operassem como coadjuvantes de movimentos de independência, “especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário

¹⁰ Segundo DIAS (1997), “bem se verifica – e o fato tem sido comentado em formas diferentes nos textos de caráter historiográfico – que a universidade, *estruturada enquanto tal*, surge tardiamente no Brasil. Com esse nome, só se estabelece a primeira instituição do gênero no limiar da terceira década do século XX. O fato chama a atenção do observador quando se considera que, na América Espanhola, existiam, ao contrário, universidades desde o início do respectivo processo colonizador” (p. 102).

¹¹ CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino Superior e Universidade no Brasil*. In 500 Anos de Educação no Brasil. Organizado por LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. Belo Horizonte. Minas Gerais. Editora Autêntica. 2ª Edição. Coleção Historial, 6. 2000. Páginas 151 a 204.

¹² Segundo DIAS, “tal tendência era reflexo da reforma pombalina, notadamente por seus efeitos sobre o ensino na Universidade de Coimbra. Esta tivera modificada por completo a estrutura dos cursos, com destaque para as disciplinas aplicadas. Os brasileiros que lá se formaram depois de 1772 – data da reforma – voltavam com nova mentalidade, a de promover o progresso da colônia pelo uso dos conhecimentos práticos adquiridos em Portugal. Neste contexto, a idéia de universidade no Brasil era vista como algo anacrônico, que lembrava a antiga propensão retórica dos estudos de Coimbra. A orientação pragmática, que se coadunava com o pensamento de egressos daquela Universidade, foi adotada pelo príncipe Dom João, futuro D. João IV, desde que pisou a terra brasileira. Daí a fundação, por ele, de estabelecimentos isolados para o estudo da ciência aplicada. Daí a recusa da idéia de universidade. A mesma diretriz se firma no Brasil independente” (DIAS, 1997, p. 103/104) (grifo nosso).

¹³ Ainda segundo YAZBECK (1999), “ao contrário da política colonial espanhola, que criou universidades em todas as suas colônias, a Coroa Portuguesa apresentou uma nítida e determinada política contrária à instalação de estabelecimentos de ensino superior em suas colônias. [...]” (p. 180).

Apesar dessa necessidade de se modificar o ensino superior nesse período ainda não foram criadas as universidades. Entretanto várias foram às tentativas. Na própria Constituinte, de 1823, já se apresentavam propostas em favor da implantação de universidades. “Naquela Assembléia, depois dissolvida pelo Imperador, a questão suscitou vivos debates. Discutiui-se, principalmente, onde melhor localizar as instituições propostas” (DIAS, 1997, p. 102)¹⁴.

Segundo TEIXEIRA (apud DIAS 1997),

“Somente sobre a Universidade [...], entre 1808 e 1882, nada menos de 24 projetos se contam, sendo os dois últimos de Rui Barbosa de 1882, os quais, em sua própria palavra, ‘passaram a dormir na Câmara dos Deputados o sono, donde passaram ao mofo e a traçaria dos arquivos’” (p. 103).

Todavia não eram iguais as referidas iniciativas. Segundo CUNHA (1980) as lutas pela criação das universidades eram lutas diferentes, de grupos diferentes, em momentos diferentes e sobretudo em busca de instituições diferentes, “que de comum só tinham o nome de universidade” (p. 14). A maior dificuldade era em relação à falta de continuidade no processo. “Os projetos eram arquivados ou vencidos pela inércia, em meio à indiferença generalizada, para retomar a veleidade anos depois. A idéia era intermitente” (DIAS, 1997, p. 103).

Desse modo, optou-se pela criação de cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais. Nesse período foram criadas cátedras de Medicina, de Engenharia, os cursos jurídicos, entre outros.

“Com a chegada do Príncipe D. João, futuro D. João VI, em 1808, à Bahia, cria o Príncipe Regente, nessa cidade, em 18 de fevereiro, a Escola de Cirurgia e Anatomia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Apenas chegado ao Rio, o Príncipe Regente cria a 2 de abril de 1808 o Segundo Curso de Anatomia e Cirurgia, hoje Faculdade de Medicina

¹⁴ Segundo CHIZZOTI (2001), várias discussões ocorreram em virtude de onde seriam criadas as universidades e da quantidade de universidades a ser criadas, uma vez que alguns constituintes achavam pouco a criação de duas universidades e pediam uma terceira. Além disso, houveram algumas discussões quanto a imprecisão dos fundos e a criação de cursos jurídicos em outras cidades, como no Rio de Janeiro

No período que vai da Reforma do Ensino de 1891¹⁹ (Reforma Educacional Benjamin Constant) até 1910, foram criadas no país 27 escolas superiores, sendo 09 de medicina, obstetria, odontologia e farmácia; 08 de direito; 04 de engenharia; 03 de economia e 03 de agronomia.

Em 1911, pelo Decreto nº 8.659 (de 05 de abril), outra reforma de ensino foi promulgada, desta vez a Reforma Rivadávia Corrêa. Com essa reforma, “os estabelecimentos de ensino criados pelo governo federal deixaram de gozar de qualquer espécie de privilégio” (privilégios estes concedidos em 1891). E ainda, os “estabelecimentos governamentais passaram a ser *corporações autônomas*, podendo suas congregações eleger os diretores e gozar de completa autonomia didática, administrativa e financeira”. (CUNHA, 2000, p. 159). Além disso, foram extintos os exames de madureza e instituídos os exames de admissão a todos os alunos que interessassem ingressar em algum curso superior, medida esta que seria, segundo YAZBECK (1999), uma forma de contenção do aumento do número de ingressos nas faculdades. Os exames de admissão deveriam “constar de uma prova escrita sobre os conhecimentos que se queria verificar e uma prova oral sobre línguas e ciências” e as escolas superiores criadas pelos estados e particulares deixariam de sofrer fiscalizações por parte do governo federal, “tendo seus currículos organizados conforme as determinações do seu próprio corpo docente, independentemente de modelos oficiais” (CUNHA, 2000, p. 160).

Esta Reforma criou ainda o Conselho Superior de Ensino, cuja função foi “a de substituir a função fiscal do Estado, dirigindo o ensino superior até a sua completa independência do governo federal” (CUNHA, 2000, p. 160).

¹⁹ Em 1891, com a Reforma Educacional Benjamin Constant, criou-se a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior ao Ginásio Nacional (antigo Colégio Pedro II) e às Faculdades mantidas pelo Governo Federal. Ainda, segundo YAZBECK (1999), com a Reforma Benjamin Constant criou-se o Conselho de Instrução Superior, “incluindo em suas atribuições a criação de novos estabelecimentos de ensino. Como resultado, houve uma significativa expansão das escolas superiores, [...]” (p. 183).

(1999), esta reforma “autorizou a criação de outras universidades, projetando como modelo de estrutura da Universidade do Rio de Janeiro” (p. 183).

Assim, percebe-se que várias reformas foram outorgadas com o objetivo de conter o número de matrículas no ensino superior e mesmo assim a expansão do ensino continuou. Além destas, outras medidas foram tomadas com o objetivo de tentar conter esse ramo de escolarização.

Por ora, vale ainda ressaltar a criação de Universidades, explicitamente com esse nome, onde tem-se, no período que vai de 1909 a 1940 as seguintes:

Em 1909 teve-se a criação da Universidade de Manaus, no estado do Amazonas, resultado da iniciativa de grupos privados. Esta Universidade ofereceu cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e de formação de oficiais para a Guarda Nacional. Foi extinta em 1926, restando apenas a Faculdade de Direito, incorporada, em 1962, a Universidade Federal do Amazonas.

Em 1911 a criação da Universidade de São Paulo, em São Paulo, com recursos de “sócio-capitalista”. Ofereceu cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes. Dissolveu-se em 1917 por ter se tornado inviável em termos financeiros, uma vez que a Faculdade de Medicina criada por iniciativa do Governo de São Paulo atraiu seus estudantes.

Em 1912 a criação da terceira universidade do país, em Curitiba, capital do estado do Paraná. Esta universidade oferecia cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio. Foi dissolvida com a proibição da equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100 mil habitantes (reforma Carlos Maximiliano). “Restaram, como faculdades livres, as de Medicina, de Engenharia e de Direito, equiparadas nos anos 1920. Em 1950, essas faculdades foram incorporadas à recém-criada Universidade Federal do Paraná” (CUNHA, 2000, p. 162).

Em 11 de abril de 1931, foi promulgado outro Decreto que estabelecia um estatuto para as universidades. Esse Decreto foi o de nº 19.851, “denominado pretensiosamente de Estatuto das Universidades Brasileiras” (CUNHA, 2000, p. 165). Esse estatuto estabeleceu padrões de organização para as instituições de ensino superior universitárias ou não-universitárias, para todo o país.

“Cada universidade seria criada pela reunião de faculdades (pelo menos três dentre as seguintes: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras). Cada faculdade seria dirigida por uma congregação, integrada pelos professores catedráticos efetivos, pelos livre-docentes por eles eleito. Três a seis catedráticos, escolhidos pelo ministro da Educação dentre os de uma lista elaborada pela congregação, constituiriam o conselho técnico-administrativo de cada faculdade, seu órgão deliberativo. O diretor da faculdade seria, também, escolhido pelo Ministro dentre uma lista de professores catedráticos elaborados pela congregação e pelo conselho universitário, conjuntamente” (CUNHA, 2000, p. 165/166).

Por este Estatuto, a administração central da universidade seria composta pelo reitor e pelo conselho universitário, órgão consultivo e deliberativo²³. Quanto ao corpo docente este seria composto pelos professores catedráticos, pelos auxiliares de ensino e pelos livre-docentes.

Quanto à admissão dos alunos ao ensino superior, continuaria dependente da aprovação nos exames vestibulares além da apresentação dos certificados de conclusão do curso secundário e da prova de idoneidade moral.

Em 1932 foi criada a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul²⁴, “mas o *status* universitário só lhe foi atribuído em 1934” (CUNHA, 2000, p. 164).

²³ Quanto à nomeação do reitor o estatuto estabelecia que caso fosse uma universidade livre ela teria a liberdade de nomear o seu reitor, mas o ministro poderia vetá-lo; caso não fosse, caberia ao conselho universitário elaborar uma lista com o nome de três professores do ensino superior para que o Ministro da Educação escolhesse o reitor.

²⁴ Segundo CUNHA (2000), “a Universidade de Rio Grande do Sul foi criada mediante um processo diferente das duas anteriores. Em vez de resultar da reunião de faculdades pré-existentes, ela surgiu da diferenciação de uma única faculdade, a Escola de Engenharia de Porto Alegre” (p. 164).

“Mais do que uma diretriz para a reorganização do conjunto do ensino superior no Brasil, a lei da reforma universitária de 1968 trazia normas bastante rígidas para a reestruturação das universidades públicas, em especial das universidades federais. Era a generalização do modelo norte-americano de universidade, não faltando a fragmentação do ano letivo; o regime de créditos; a divisão do currículo em uma parte geral (como o *college*) e outra profissional; os cursos de curta duração; o regime departamental; a pós-graduação; o taylorismo como regra de organização do trabalho; o campus segregado da cidade; (a indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão) e outras características”.

Desse modo, com esta reforma instituiu-se toda a estrutura da universidade atual, configurando-se, assim, a idéia de universidade moderna em nosso país.

CAPÍTULO 02

PRIMÓRDIOS DO ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL

As primeiras instituições de educação superior no Brasil datam do século XVI, quando cursos de artes e teologia começaram a ser oferecidos nos colégios dos jesuítas. Ainda que a universidade só aparecesse no início do século XX²⁸, no século XVIII foram criadas “academias” para estudos em vários campos, inclusive o da agricultura. Mais tarde, apareceram Hortos Reais, aos quais, grosso modo, se atribuíam funções tanto de pesquisa quanto de ensino e extensão. Segundo ROSA (1980), “pode-se dizer que é nessa época que se encontram as origens do ensino agrícola brasileiro” (p. 16)²⁹.

“Em 1808, foi criado na fazenda da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, o Horto Real, depois Jardim Botânico, protótipo dos que viriam a ser criados, mais tarde, na Bahia, em São Paulo, em Pernambuco e em Minas Gerais. Eram eles verdadeiras estações agrícolas experimentais com o objetivo de estudar o cultivo sistemático de plantas nativas no Brasil e a aclimação de espécies de fora, principalmente da Ásia. Um dos alvos era o plantio de chá, de modo que a menor distância do Brasil aos mercados consumidores da Europa trouxesse vantagens no mercado internacional. Para isso chegou-se até a trazer um grupo de chineses que deveriam ensinar aos pesquisadores brasileiros as técnicas por eles utilizadas” (CUNHA, 1980, p. 103).

Nesse período foram criados alguns cursos de agricultura, alguns em nível elementar, outros em nível superior. Assim, teve-se, entre outros, a criação do Curso de Agricultura, na cidade da Bahia, em 1812; e, em 1814, a criação da Cadeira de Botânica e Agricultura, na Corte³⁰.

²⁸ CUNHA, 1980; NAGLE, 1974; COELHO, 1999; FÁVERO, 2000, entre outros. Sobre a criação de universidades no Brasil ver Capítulo I.

²⁹ Segundo ROSA (1980), “pode-se dizer que é durante o período da permanência da Corte Portuguesa no Brasil que se encontram os germes do ensino agrícola brasileiro, [...]” (p. 19).

³⁰ Para a direção do Curso de Agricultura criado na cidade da Bahia, foi nomeado o professor de agricultura Domingos Borges Barros e para a Cadeira de Botânica e Agricultura da Corte foi nomeado Fr. Leandro do

de 30 de outubro (CAPDEVILLE, 1991, p. 46). As atribuições do então extinto Ministério da Agricultura passaram para a Secretaria do Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, pelo Decreto nº 1142, de 22 de novembro de 1892. Segundo CAPDEVILLE (1991),

“por esse decreto, a Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas foi dividida em quatro diretorias-gerais, sendo uma delas a Diretoria-Geral da Indústria, que, por sua vez, se dividia em duas seções. A primeira seção incumbia-se dos assuntos ligados à agricultura” (p. 46) (grifo nosso).

Entretanto, segundo ROSA (1980), as funções propriamente agrícolas que essa Secretaria desempenhava eram quase nulas. Segundo Álvaro Carvalho³⁴, “afirmo sem receio de ser contestado, que nunca tivemos Ministério da Agricultura, mesmo durante o Império [...]”. Ainda segundo o autor, “o antigo Ministério cogitava de viação, transporte, colonização, correios, telégrafos e etc., mas não cogitava do ensino profissional, do estudo de mercados consumidores e de todos estes vários assuntos que constituem a especialidade do Ministério da Agricultura [...]” (MENDONÇA, 1997, p. 121) (grifo nosso).

Vale ainda ressaltar a criação, no país, no período compreendido entre 1880 e 1884 dos Clubes de Lavoura, sendo estes clubes considerados as primeiras tentativas de organização da classe agrícola, e estavam intimamente correlacionados ao fim da escravidão. Estes clubes eram de caráter municipal, sendo suas diferenças, a representação de:

“uma primeira tentativa de formalizar a natureza das reivindicações agrárias, podendo ser encarados sob duas perspectivas. Na condição de organismos orientados pela crise, tentariam agregar demandas para fins políticos, revelando um afastamento das formas vigentes de organização de interesses da classe proprietária; ao mesmo tempo, uma vez que o Estado monárquico se recusava a admiti-los como foros políticos legítimos e aceitáveis, a eficácia de sua ação estaria comprometida, fazendo com que a maioria deles acabasse por confundir-se com as próprias Câmaras Municipais responsáveis, em muitos casos, pelo patrocínio de sua criação” (MENDONÇA, 1997, p. 41).

³⁴ Álvaro Carvalho foi um deputado paulista empenhado na aprovação do projeto da recriação do MAIC. Sobre isso ver MENDONÇA (1997).

‘encorajar a criação de gado de toda a espécie no país; encorajar a agricultura, notadamente a que concerne à produção de forragens e cereais e divulgar no estrangeiro os produtos do trabalho brasileiro’” (SBAA apud MENDONÇA, 1997, p. 31). Dentre seu quadro de associados, encontravam-se paulistas, como Carlos Botelho³⁷ e Augusto Ramos; um agrônomo norte-americano e diretor da Escola Agrícola de Lavras, Benjamin Hunnicut; e, “além desses, associações agrícolas fluminenses e paulistas, sem falar nos representantes dos Executivos de alguns Estados da federação, juntamente com jornais como O Estado de São Paulo ou A Noite” (SBAA apud MENDONÇA, 1997, p. 31).

Em 1897, com a criação da SNA, originalmente composta de médicos, advogados, engenheiros e professores com inserção na vida pública, anunciava-se, em sua proposta, com argumentos de disputa, que, “para uma nova fase de regeneração agrícola, o país teria que promover a diversificação produtiva, o associativismo, a modernização pela difusão do ensino técnico e pela mecanização [...]” (COELHO, 1999, p. 72). A participação da Sociedade Nacional de Agricultura permitiu a difusão de novas idéias, com o incentivo ao mercado interno, à produção, à mecanização e o ensino agrícola³⁸.

Seu estatuto, aprovado em janeiro de 1897, instituía a SNA legalmente como uma sociedade civil, tendo por “modelo a instituição homônima criada na França”. Esta sociedade consistiria então de uma “agremiação de ‘lavradores e amigos da agricultura’, ‘para o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas dos agricultores, dos pecuaristas e dos

³⁷ Carlos Botelho foi Secretário de Agricultura de São Paulo no quadriênio 1904 - 1908. “Grande proprietário oriundo de tradicional família paulista, médico e agrônomo formado nos Estados Unidos, Botelho enfatizava a policultura e a lavoura intensiva, adaptando a estrutura administrativa da Secretaria a seus desígnios. Tratou-se de adequá-la à tarefa de orientar e padronizar os rumos da mudança pretendida, de modo a difundir aos proprietários interessados e, para tanto, o órgão promoveria iniciativas ‘fundadoras’ como o primeiro censo agrícola do Estado (1905); a primeira exposição estadual de animais (1907), bem como a instalação de uma seção de estudos econômicos, para rastrear o montante da produção rural do Estado. Sob sua administração seriam também instalados um Serviço de Informação e Publicidade, uma Biblioteca Estadual especializada no assunto, além de reformulado o currículo da Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz (ESALQ), [...]” (MENDONÇA, 1997, p. 35/36).

³⁸ A SNA contou com presidentes provenientes dos diversos estados do país, dentre eles, Antônio Ennes de Souza (1897), Maranhão; José C. Moura Brasil (1898-1900/1901-1904), Ceará; Antonio Fialho (1899/1902-1903), Rio de Janeiro; Wenceslão A. L. Oliveira Bello (1905-1911), Rio Grande do Sul; Sylvio Rangel (1911-1912), Rio de Janeiro; Lauro S. Muller (1912 - 1921), Santa Catarina; Miguel Calmon du Pin e Almeida (1921 - 1922), Bahia; Geminiano Lira Castro (1923 - 1925), Pará, entre outros (MENDONÇA, 1997).

agrícolas tidos por capazes de promoverem a ação diversificadora” (MENDONÇA, 1997, p. 56/57).

Desse modo, o principal órgão difusor das idéias da SNA foi o boletim mensal da instituição intitulado *A Lavoura*⁴².

“Sofisticada ao longo do tempo, a revista destinava-se a vulgarizar as posições e fins da entidade, não apenas por intermédio de artigos e editoriais, mas também pelo acréscimo de novas seções informativas, cada vez mais técnicas. Buscava-se propiciar aos leitores o máximo possível de informações práticas, tidas como necessárias ao desempenho cotidiano de suas atividades, incluindo desde aquelas relativas à construção de uma nova mentalidade racional, até as que difundissem os efeitos da instituição e demais congêneres espalhadas pelo país” (MENDONÇA, 1997, p. 58).

Cabe mencionar que a SNA foi ainda responsável pela recriação do Ministério da Agricultura⁴³ e pela criação, em 1928, da Confederação Rural Brasileira (CRB).

Em 1898, o advogado gaúcho Assis Brasil publicou o livro “A Cultura dos Campos”. “Uma de suas obras mais importantes, dentre a vasta produção escrita nessa área, foi publicada pela primeira vez por prestigiosas editoras européias, sendo legitimada, à época, como a *Bíblia da Agricultura Brasileira*” (MENDONÇA, 1997, p. 29). Segundo COELHO,

“Nele, a bandeira de diversificação agrícola vinha junto com algumas noções sobre solos, climas, plantas, drenagens, fertilizantes e recomendações de implementos agrícolas americanos, inclusive com a especificação de firmas para as possíveis compras – uma cartilha para uma ‘*agricultura progressista*’, como ele próprio dizia”. (1999, p. 74) (grifo da autora).

Em 1906 foi recriado o Ministério da Agricultura, agora com o nome de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio⁴⁴. Apesar de ter sido criado em 1906, tal Ministério só veio a ser instalado três anos depois. “em virtude do Decreto nº 7501, de 12 de

⁴² Dentre seus redatores encontram-se integrantes da Diretoria Técnica, além de estudiosos nacionais, especialistas estrangeiros sediados nos mais importantes centros de pesquisas agrícolas do país e ainda alguns agrônomos (MENDONÇA, 1997).

⁴³ Este Ministério foi criado nos moldes do Departamento de Agricultura norte-americano, “cujo arcabouço e organograma fora transmitido à SNA por intermédio de cópia enviada por seu sócio-benemérito Assis Brasil ao Ministro das Relações Exteriores, [...]” (MENDONÇA, 1997, p. 118).

⁴⁴ Criado pelo Decreto nº 1606, de 29 de dezembro de 1906.

variedade de folhetos esparsos, “sobre os mais distintos assuntos, porém todos com caráter explicativo dos passos elementares ao *exercício da agricultura nacional*” (MENDONÇA, 1997, p. 151) (grifos da autora). Essas publicações destinavam-se a públicos diferenciados.

Além das publicações, esse Ministério contava ainda com a prestação de serviços de assistência técnica, a partir da assistência ao agricultor pela manutenção de pequenos centros de propagação tecnológica. Para a realização desse serviço o MAIC contava com campos de demonstração, postos zootécnicos, fazendas-modelo e estações experimentais, sendo os dois primeiros destinados, também, ao ensino prático de agricultura e de veterinária⁴⁸.

De início, esse Ministério era composto de:

“um Gabinete do Ministro, um Gabinete do Diretor Geral, da Diretoria de Expediente e das seguintes repartições: Junta Comercial; Observatório Astronômico do Rio de Janeiro; Repartição de Estatística; Jardim Botânico; Escola de Minas; Museu Nacional; Hospedaria da Ilha das Flores; Fábrica de Ferro de Ipanema; Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro; Diretoria Geral do Povoamento do Solo; Serviço Geológico e Mineralógico e Posto Zootécnico Central” (ROSA, 1980, p. 68/69).

Ainda segundo ROSA (1980) foi a partir desse momento que a agricultura nacional passou a ser amparada por diversas leis, como a Lei Federal sancionada logo após a criação deste Ministério, em 1906, para o ensino agrônômico, nos moldes franceses, regulamentando

⁴⁶ Os Ensaio Experimentais eram publicações do MAIC, “tecnicamente sofisticados e encomendados a figuras notórias no campo do saber agrônômico do país e do exterior” (MENDONÇA, 1997, p. 151).

⁴⁷ Os Anuários de Agricultura eram “verdadeiros almanaques, com artigos em linguagem coloquial, além de material de propaganda de lojas e fábricas de implementos agrícolas” (MENDONÇA, 1997, p. 151).

⁴⁸ É importante lembrar que o MAIC estabeleceu, a partir de meados de 1910, intercâmbio de estudos com universidades norte-americanas. Segundo MENDONÇA (1997), “um dos canais privilegiados para a formação e a reprodução dos quadros ministeriais (do MAIC) foi como recurso a experiência estrangeira por meio do envio anual de grupos de bolsistas, em particular, aos Estados Unidos. Tal prática foi inaugurada em 1918 pela Missão Carlos Moreira, o qual, na qualidade de correspondente do MAIC para a aquisição de máquinas, insumos e técnicas culturais, promoveu uma visita oficial a seis escolas de agronomia indicadas pelo governo de Washington, de modo a selecionar as mais adequadas aos estudantes brasileiros em vias de especialização [...]. Seguindo essa diretriz o Ministério manteria, no ano de 1920, por exemplo, um total de 77 bolsistas em instituições americanas, dos quais 29 provinham do Rio Grande do Sul; 17 de Rio de Janeiro e 14 de Pernambuco, elevando-se este montante a 138 estudantes em 1928” (Relatório do MAIC, 1920 e 1928, apud MENDONÇA, 1997, p. 159).

Agronomia e à Veterinária. Isto parece devido, provavelmente, à falta, em tese, de estabelecimentos atualizados, nos setores referidos, [...]" (VIANNA, 1951, p. 16).

O decreto nº 8.319, editado em 20 de outubro de 1910, organizava o ensino agrícola em todos os seus graus e modalidades, abrangendo as 11 divisões do ensino agrícola⁵⁴. Dado os objetivos do presente trabalho optou-se por transcrever apenas os pontos relativos ao ensino superior. Segundo esse decreto,

“O ensino superior estava destinado a formar engenheiros-agronômos e seria ministrado conjuntamente com a medicina veterinária do mesmo grau, na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, fundada no Distrito Federal. Compôr-se-ia de dois cursos distintos, o de engenheiros-agronômos e o de médicos-veterinários, cada um deles dividido em fundamental e especial. A finalidade do curso de engenheiro-agronômo seria incrementar o progresso científico da agricultura, através do preparo técnico de profissionais competentes para o ensino da agronomia, para os altos cargos do Ministério da Agricultura e ainda para a direção dos serviços peculiares à exploração da grande propriedade agrícola e das indústrias rurais. O curso de médicos-veterinários teria por finalidade a formação de uma classe de profissionais para a prática da medicina veterinária, para a docência e para o desempenho de funções oficiais a ele relacionadas. Acrescenta-se a isso o fato de que o ensino de medicina veterinária entraria também em cadeiras especiais dos cursos de agricultura nos postos zootécnicos e de seleção de gado nacional, nas estações zootécnicas e nos postos veterinários que se fundassem” (ROSA, 1980, p. 70/71)(Decreto nº 8.319, Capítulo III, art. 4º a 7º)⁵⁵.

Deve-se mencionar que neste decreto já era previsto como uma das práticas do ensino agrícola no país a instituição dos cursos ambulantes que se destinariam a “propagar por cada município, sitio ou fazenda, os conhecimentos rudimentares, de utilidade imediata e ao alcance da inteligência do homem mais rústico” (MENDONÇA, 1990, p. 538). Ainda segundo este decreto, o ensino ambulante seria ministrado por doze professores ambulantes

⁵⁴ Este decreto abrangia, com seus 591 artigos, os seguintes ramos do ensino agrícola: 1) ensino superior; 2) ensino médio ou teórico-prático; 3) ensino prático; 4) aprendizado agrícola; 5) ensino primário agrícola; 6) escolas especiais de agricultura; 7) escolas domésticas agrícolas; 8) cursos ambulantes; 9) cursos conexos com o ensino agrícola; 10) consultas agrícolas; 11) conferências agrícolas. Segundo ROSA (1980), “supunha ainda vários serviços e instalações complementares, tais como: estações experimentais, campos de experiência e demonstrações, fazendas experimentais, estações de ensaio de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e postos meteorológicos” (p. 70). Segue em anexo cópia deste Decreto (anexo D).

⁵⁵ Somente em 1946, com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-Lei nº 9613, de 20 de agosto -, que foi baixada uma nova regulamentação para o ensino agrícola do país, entretanto este Decreto não refere-se ao ensino superior agrícola. Sobre isso ver AGUIAR (1997).

Rio Grande do Sul, em 1891⁶⁰; a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, São Paulo, em 1901⁶¹; a Escola Superior de Agricultura de Lavras, Minas Gerais, em 1908⁶². Somente em 1910, com o Decreto n.º 8.319, conforme já mencionado, foi criado o primeiro curso de Medicina Veterinária do país, na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária do Rio de Janeiro⁶³; que, no início era ministrado em três anos e posteriormente passou para quatro anos de duração.

Além dessas instituições, nesse período foram criadas, ainda, escolas agrícolas de nível primário e médio, destinadas ao treinamento de filhos de agricultores e de meninos órfãos e desvalidos. Duas modalidades de ensino agrícola foram oferecidas nesses dois níveis: o ensino dos Patronatos Agrícolas⁶⁴ e o ensino da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária – os primeiros constituídos de escolas direcionadas a crianças carentes, desde que

⁶⁰ Segundo Cunha, a Escola Superior de Agricultura de São Bento das Lages, na Bahia, e a Escola Superior de Agricultura Eliseu Maciel no Rio Grande do Sul foram, “muito mais tarde, bases para a organização de duas universidades federais rurais” (CUNHA, 1980, p. 104). Ainda, segundo o autor, é possível afirmar que ambas eram escolas estatais

⁶¹ Segundo ROSA (1980), “o primeiro estabelecimento de ressonância, nesse setor, [...], que se fundou no País, foi a Escola Superior de Agricultura, de Piracicaba, sob o nome de Escola Agrícola Prática ‘Luiz de Queiroz’. em 1901, embora a Lei nº 678, que criou o estabelecimento, remontasse a 1899. Essa instituição, que dois anos depois de fundada sofreu completa reforma com o regulamento aprovado pelo Decreto nº 1266, de 16 de fevereiro de 1905, de acordo com a autorização legislativa nº 896, de 1903, compreendia, além do curso elementar e médio, também o superior, este destinado à preparação de professores de agricultura, gerentes de indústria, técnicos para serviços agrônômicos e agrônomos” (p. 65). Sobre a Escola Luiz de Queiroz ver ROSA (1980), MENDONÇA (1990, páginas 225 a 246), entre outros.

⁶² Esta escola agrícola pertenceu ao Instituto Gammon, uma organização particular, da Igreja Presbiteriana, de origem americana. Sobre isso ver MENDONÇA (1990), COELHO (1992), entre outros.

⁶³ Em 29 de março de 1920, o Decreto nº 14.120, dá um novo regulamento e uma nova organização a ESAMV, instituindo, em suas dependências, pela primeira vez no Brasil, o Curso de Química Industrial. “A Escola passou a ter três cursos: o de engenheiro-agrônomo, o de médico-veterinário e o de química industrial, os dois primeiros com quatro anos de duração e o último com três anos” (ROSA, 1980, p. 90).

⁶⁴ Desde 1836 começaram a ser criados, no país, vários estabelecimentos destinados ao ensino agrícola a meninos órfãos e desvalidos. Além dos já citados teve-se, entre outros, a criação, em 1859, de um estabelecimento de aprendizes agrícolas no Maranhão, em 1870, no Pará, a criação da Escola Rural Pedro II, instalada na Fazenda Provincial Pinheiro, e 1875, a criação da Casa de Asilo de Menores Desvalidos, todos criados com as mesmas funções dos Patronatos Agrícolas, surgidos no Brasil, com esta denominação, a partir de 1918, com o Decreto nº 12893, de 28 de fevereiro. Este decreto autorizou o Ministério da Agricultura a criar essas instituições para meninos órfão e desvalidos. Em 25 de julho de 1919, o Decreto nº 13706, estabelece um novo regulamento aos patronatos agrícolas determinando que o seu ensino deveria destinar-se às classes pobres, visando à educação moral, cívica e profissional de menores desvalidos e daqueles que fossem postos, por qualquer indisposição, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1920 o Brasil contava com 13 patronatos agrícolas num total de 908 alunos sendo este número elevado para 16 patronatos com 2.579 alunos no ano de 1928 (MENDONÇA, 1997). Vale ainda mencionar que em 1918, foi fundado, pelo Governo Federal, na cidade de Caxambu/MG, “o primeiro Patronato Agrícola do país, destinado ao ensino agrícola para crianças abandonadas” (Veiga, C.; Faria, L., 1999, 48). Sobre os Patronatos Agrícolas ver ROSA (1980), MENDONÇA (1997, p. 163/167).

a Escola de Agronomia e Medicina Veterinária de Belo Horizonte (1914), a Faculdade de Medicina Veterinária de Pouso Alegre e a Escola de Agronomia e Pecuária de Passa Quatro (1917), a Faculdade de Veterinária de Juiz de Fora (1924) e, ainda, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (1926).

É importante mencionar que em 1911 foi feito o primeiro Regulamento Geral do Ensino Agrícola do Estado de Minas Gerais. Este regulamento, baseado no Regulamento do Instituto João Pinheiro, determinava que o ensino agrícola deveria ser ensinado, no âmbito do estado, em sete diferentes instituições, a saber:

“1) nos grupos escolares, seria ministrado o ‘ensino agrícola primário’; 2) por todo o estado haveria mestres de cultura responsáveis pelo ‘ensino agrícola ambulante’; 3) escolas e instituições subvencionadas trabalhariam com o ‘ensino agrícola médio’; 4) também seriam responsáveis pelo ensino agrícola as ‘fazendas modelos’; 5) além das fazendas modelos ligadas diretamente ao Estado, as fazendas que o Estado tivesse subvencionado teriam que receber aprendizes agrícolas; 6) haveria também os Aprendizados Agrícolas; 7) e, finalmente, os Institutos como o João Pinheiro, tendo-o como modelo, que teriam como principal função o ensino agrícola para as crianças abandonadas” (VEIGA, C.; FARIA FILHO, L., 1999, 47)⁶⁷.

Nesse período, várias foram as tentativas que continuavam surgindo em favor do ensino agrícola no país, “sempre desvinculadas umas das outras, esparsamente, ao sabor do momento, em pontos diferentes do País, sem coesão ou vínculo entre si” (ROSA, 1980, p. 97).

Desse modo, as instituições organizavam-se segundo modelos estrangeiros, ao sabor de quem as liderava. A influência francesa fez-se sentir na Bahia, em Pelotas e em Piracicaba. O modelo americano esteve também presente em Piracicaba, mas foi, até o referido período, praticamente exclusivo em Lavras. A inspiração alemã orientou as escolas politécnicas, criadas em 1910, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, em 1897 e a Escola Superior de Agronomia de Taquary, Rio Grande do Sul.

⁶⁷ Segue, em anexo, cópia deste Decreto (anexo E).

que foi de 0,06% (Rosa, 1980). Sendo que, segundo ROSA (1980), “a maior parte dos estabelecimentos de ensino agrícola superior, e suas respectiva clientela, localizavam-se em Minas Gerais e em São Paulo, [...]” (p. 105). O estado de Minas Gerais, até 1929, contava com sete escolas agrícolas, com um total de 289 alunos matriculados (sendo 288 do sexo masculino e 01 do sexo feminino), enquanto que São Paulo contava com apenas cinco escolas agrícolas e com um total de 220 alunos matriculados (todos do sexo masculino). Os demais estados brasileiros contavam com apenas 01 escola agrícola instalada, sendo raros os estados com 02 escolas.

CAPÍTULO 03

A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA DE VIÇOSA (ESAV): 1926 - 1948.

A atual Universidade Federal de Viçosa (UFV) tem suas origens na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), criada pelo Presidente Arthur da Silva Bernardes, nos moldes dos land grant colleges norte americanos⁶⁹, escolas superiores agrícolas criadas no final do século XIX no oeste dos Estados Unidos.

Assim, a ESAV teve, desde a sua criação, influência decisiva do modelo norte-americano, tanto em sua origem quanto em seu desenvolvimento, mas sempre ressaltando sua “brasilidade”, “(...) fiel a filosofia dos Land Grant Colleges, mas brasileira, fundamentalmente brasileira em seus propósitos e anseios” (SILVA, 1995, p. 54).

Vale notar que tal influência, num período em que o modelo europeu de educação superior era dominante no Brasil, tornou a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV) uma instituição peculiar. Criada como escola de nível superior, comportava ainda o ensino elementar e médio (formação de capatazes e técnicos agrícolas), além de ter, como atividades marcantes, a pesquisa e, a partir de 1929, a extensão.

“Na verdade, a marca da educação superior norte-americana numa escola agrícola brasileira, como já foi visto, não era novidade. Já em 1908, missionários norte-americanos de orientação presbiteriana inauguraram, também em Minas Gerais, a Escola Agrícola de Lavras. Esta constituiu-se como uma instituição privada de ensino, ainda que esporadicamente recebesse subvenções dos governos federal e estadual” (RIBEIRO, 2000).

⁶⁹ Os Land Grant Colleges surgiram nos Estados Unidos, em 1862, juntamente com a criação de um órgão federal, o Departamento de Agricultura, com o objetivo de coordenar a aquisição de informações acerca da agricultura. Os Land Grant Colleges tinham como objetivo levar a educação superior às regiões mais remotas dos Estados Unidos, como o sul e o meio oeste do país. Apesar dessas instituições conviverem com grandes universidades, formavam fazendeiros e trabalhadores, enquanto as universidades eram destinadas a formação das elites.

Flórida, que chegou ao Brasil em 4 de fevereiro de 1921. O mesmo instalou-se em Belo Horizonte e participou da comissão encarregada de escolher o local para a instalação da Escola, que se desejava criar. Essa comissão era composta pelo Diretor de Agricultura da Secretaria do Estado, Dr. Álvaro da Silveira e pelo Dr. Peter Henry Rolfs, auxiliados pelos Drs. Arduíno Bolivar e Mario Monteiro Machado⁷³.

A comissão, tendo visitado alguns sítios nas regiões, decidiu que a Escola deveria ser construída preferencialmente em Viçosa.

“Quanto à sua situação (lugar de construção da Escola), o assunto é polêmico. Até hoje há pessoas que pensam ter sido sua localização em Viçosa uma deferência bem brasileira à terra natal do autor da idéia (Dr. Arthur da Silva Bernardes), considerando que no vasto território mineiro haveria outros lugares mais apropriados para a instalação da Escola [...]” (BORGES, J.; SABIONI, G.; MAGALHÃE, G., 2000. 5).

Decidido o local da criação da Escola e aprovado pela comissão e pelo então Presidente Dr. Arthur da Silva Bernardes, foi expedido o Decreto n.º 5.608, de 30 de dezembro de 1921, que aprovou os planos e a planta da futura Escola, autorizando as desapropriações necessárias. Em 30 de março de 1922, baixou-se o Decreto n.º 6.053, criando a Escola Superior de Agricultura e Veterinária e instalando-a em Viçosa. No dia 10 de junho de 1922, lançava-se a pedra fundamental do primeiro e mais imponente de seus edifícios, o “prédio principal”. Pouco antes de sua inauguração oficial foi aprovado pelo Decreto n.º 7.323, de 25 de agosto de 1926, o primeiro regulamento da Escola⁷⁴. Após a aprovação desse regulamento, aconteceu a inauguração oficial de Escola Superior de Agricultura e Veterinária

⁷³ Sobre isso ver BORGES et all (2000); COELHO, E. (1996); COELHO F. (1992); SILVA (1995); os REGULAMENTOS DA ESAV (1926, 1931), entre outros.

⁷⁴ O regulamento da ESAV era um documento que dispunha de todos os assuntos referentes à Escola, desde seus fins até a organização de suas disciplinas, o regime escolar, os exames, a administração, os professores, enfim, era um documento que regia as atividades administrativas e acadêmicas da Escola. No período da ESAV, foram baixados três regulamentos, sendo o primeiro baixado com o Decreto n.º 7323, de 25 de agosto de 1926, o segundo baixado pelo Decreto n.º 7461, de 21 de janeiro de 1927 e o terceiro, baixado pelo Decreto n.º 10154, de 15 de dezembro de 1931, sendo poucas as modificações introduzidas nesses decretos. Para a realização deste trabalho foram consultados todos os regulamentos da Escola. Estes regulamentos podem ser encontrados no acervo do Arquivo Central e Histórico da UFV e ainda publicados no jornal *MINAS GERAIS*.

distribuídas as “matérias” lecionadas. Além dessa inovação, o decreto introduzia o semestre, no lugar do ano, como unidade letiva.

Segundo o exposto no seu Regulamento, de 21 de janeiro de 1927, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), do Estado de Minas Gerais, teve como característica, ser um estabelecimento de ensino, essencialmente agrícola e teve por fim adquirir e difundir conhecimentos relativos “à economia rural”, em todos os seus graus e modalidades. Ela visava formar agricultores com conhecimentos científicos necessários à exploração racional do solo, administradores para os diferentes serviços públicos e particulares que se relacionem com a vida agrícola em geral, tecnólogos para as indústrias intimamente ligadas à agricultura, engenheiros agrônomos para os serviços de melhoramentos agrícolas, veterinários para o exercício da medicina aplicada aos animais domésticos, e professores para o ensino agrícola em todos os seus aspectos e especialidades (retirado do Decreto n.º 7.461, Regulamento da ESAV).

No Art. 2.º, deste mesmo regulamento, temos que: “O ensino ministrado pela Escola, com intuito de educar a população agrícola do Estado em todos os assuntos pertencentes à vida rural e melhorar as suas condições morais, mentais e econômicas, no mais breve tempo possível, será facilitado a alunos com qualquer grau de instrução e deverá ser sempre teórico-prático”. Sendo assim, os cursos da Escola eram distribuídos em quatro modalidades atendendo ao interesse e o nível de instrução dos interessados:

- a) Cursos Elementares, com duração de apenas um ano, destinavam-se à formação de agricultores e capatazes rurais, e compreendiam o ensino de agricultura e veterinária com caráter basicamente prático. Atendiam a uma clientela de agricultores que não possuíam oportunidades de receber instrução mais completa, mas tinham interesse em suprir as necessidades educativas relacionadas à sua vida rural. Para admissão neste curso, o

Química; História Natural; História do Brasil; História Universal. Aos formandos neste grau eram conferidos diplomas de “Engenheiros Agrônomos” ou “Médicos Veterinários”, assinados pelo Diretor e Secretário da Escola e pelo Secretário da Agricultura. Em anexo segue o modelo do diploma que era conferido aos graduandos pelos cursos superiores (Anexo A)⁸⁰.

- d) Cursos de Especialização, com duração de dois anos, subdivididos em quatro semestres. Este curso destinava-se a formar especialistas em agronomia e veterinária. Atendia alunos formados nos cursos superiores nessa escola ou equivalentes. Aos formandos eram conferidos títulos de “Doutor em Agronomia ou em Veterinária”. Como os diplomas anteriores, eram assinados pelo Diretor e Secretário da Escola e pelo Secretário da Agricultura. Em anexo segue o modelo do diploma que era conferido aos formandos pelos cursos especializados (Anexo B)⁸¹.

⁸⁰ No Curso Superior de Agronomia eram estudadas as seguintes matérias: Agrologia (Geologia, Mineralogia, Solo); Biologia (compreendendo a Botânica); Zoologia (com Parasitologia e Entomologia); Genética (animal e vegetal); Microbiologia e Fitopatologia; Zootecnia (Geral, Especial, compreendendo também Anatomia, Fisiologia e Exterior dos Animais Domésticos) Química (Geral, Mineral, Orgânica, Analítica e Agrícola); Física: Meteorologia e Climatologia, Tecnologia das Indústrias Rurais; Engenharia Rural (compreendendo Topografia, Estradas de Rodagem, Mecânica, Máquinas, Motores); Hidráulica Agrícola; Irrigação e Drenagem; Construções Rurais e Desenho; Silvicultura; Horticultura; Pomicultura; Higiene; Noções de Veterinária, Economia Rural (Legislação, Direito e Administração); Matemática; Contabilidade e Estatística Agrícola. No Curso Superior de Veterinária eram estudadas as seguintes matérias: Física; Química Mineral, Orgânica e Biológica; Botânica; Zoologia; Microbiologia; Parasitologia; Anatomia dos Animais Domésticos (descritiva e regional); Histologia e Embriologia; Fisiologia Geral e dos Animais Domésticos; Anatomia e Fisiologia Patológicas; Zootecnia; noções de Agricultura; Farmacologia; Terapêutica e Toxicologia; Patologia; Propedêutica e Clínica Cirúrgica e Obstétrica; Moléstias Contagiosas e Parasitárias do Animais Domésticos; Higiene; Polícia Sanitária Animal; Inspeção e Conservação dos Produtos Alimentares (Regulamento de 1927).

⁸¹ Em fevereiro de 1932, em Reunião da Congregação, foram aprovados os Estatutos dos Cursos de Especialização sendo que: a) “para a admissão aos cursos de especialização deverá o candidato ter diploma de Engenheiro Agrônomo ou de Médico Veterinário, pela Escola ou estabelecimento equivalente, devidamente legalizado por lei estadual ou federal”; b) “os cursos de especialização serão organizados, para pesquisas originais e altos estudos sobre agricultura e veterinária, e têm a duração de dois anos”; c) “O assunto da especialização deverá ser escolhido, de acordo com as possibilidades do Estabelecimento”; d) “Além da matéria escolhida, deverão ser realizados outros estudos, complementares, à especialização”; e) “Terão cunho individual os estudos de especialização e serão feitos com assistência dos professores” (Atas da Congregação 1929-1932, 15 de fevereiro de 1932). Sobre os Cursos de Especialização, vale ainda ressaltar que, segundo BORGES (1968), eles tiveram início apenas em 1939, “com um aluno apenas, que não completou todos os créditos”. Ainda segundo o autor, “Somente mais tarde, em janeiro de 1960, iniciaram-se efetivamente os cursos especializados, que deram origem à Escola de Especialização da UREMG, criada em abril de 1963 e denominada Escola de Pós-Graduação a partir de janeiro de 1965” (BORGES, 1968, p. 10).